

MOVIMENTOS SOCIAIS PRÓ-SUSTENTABILIDADE URBANO-AMBIENTAL

Arilde Sutil Gabriel de Camargo
Maclovia Corrêa da Silva
Rosélis Augusta de Oliveira Presznhuk

Resumo: *Este artigo aborda as questões de sustentabilidade discutidas pelas instituições internacionais em congressos, conferências para buscar alternativas de atitudes e comportamentos que harmonizem as relações do homem com o meio ambiente no qual e com o qual ele interage. Os recursos da natureza explorados para movimentar o sistema produtivo capitalista estão caminhando para a extinção, e a ameaça recai na continuidade deste sistema de vida em que estamos inseridos. Inspirados em civilizações que nos precederam, os países convivem hoje com o desafio de encontrar saídas para manter as atividades industriais e a natureza vivas. Nas cidades, humanistas, biólogos, arquitetos ambientalistas articulam as questões do uso do espaço urbano e a valorização imobiliária para evitar a predação social e ambiental. Criar estratégias de sustentabilidade voltadas para melhor qualidade de vida faz parte do processo de gestão urbana das cidades brasileiras, as quais convivem, no momento, com novas performances inovadoras dentro dos rearranjos espaciais das indústrias de alta tecnologia.*

Palavras-chave: sustentabilidade – gestão urbana ambiental – instituições empresariais

1 INTRODUÇÃO

Crescimento, apogeu e declínio são fases de evolução de civilizações que deixaram traços, como a egípcia, a grega, e civilizações orientais as quais foram importantes matrizes para os povos ocidentais. Podemos chamá-las de civilizações sustentáveis na história da espécie humana, na medida em que tiveram a capacidade de perdurar desde a antiguidade mais remota até muitos milênios antes de Cristo, atravessando sucessivas ondas de influências e de invasões externas. E neste contexto,

Revista EDUCAÇÃO & TECNOLOGIA

Periódico Técnico Científico dos Programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFETs-PR/MG/RJ

nutriram-se e fortaleceram-se com a energia dessa dinâmica (RIBEIRO, 2003).

Nos princípios e nas tradições que permitiram a longa vida e duração dessas civilizações estão presentes comportamentos e atitudes de preservação do homem e da natureza. Vale lembrar que a dinâmica de ascensão e queda das civilizações mantinha um elo com a capacidade dos povos de relacionarem-se de forma sustentável com o meio ambiente.

O desafio de hoje é o que estamos construindo para o futuro. Problemas complexos ameaçam a sobrevivência de seres vivos cada vez que a temperatura do globo terrestre aumenta, que a camada de ozônio se abre e que terras férteis são engolfadas pelos desmatamentos, queimadas, e erosão.

A sustentabilidade ambiental está relacionada à capacidade de suporte dos ecossistemas associados de absorver ou de recuperar-se das agressões derivadas da ação humana, implicando um equilíbrio entre as taxas de emissão e/ou produção de resíduos e as taxas de absorção e/ou regeneração da base natural de recursos. Para que uma forma de vida social seja sustentável, é preciso que a taxa de utilização dos recursos seja no mínimo igual a de reposição ou geração de substitutos para esses recursos. Da mesma forma, a taxa de emissão de efluentes tem que ser no máximo igual a taxa de regeneração do meio ambiente. Se essas condições não forem alcançadas, haverá crescente deteriorização ambiental e diminuição da base de recursos (RIBEIRO, 2003).

A sustentabilidade depende também da base cultural, fundada em padrões de consumo e estilos de vida globalmente perduráveis. Países como a Índia ainda sacralizam, protegem, e conservam a natureza, mas, por outro lado, nos contextos sociais contemporâneos, muitos países ainda conservam uma política utilitária e imediatista que está produzindo a exaustão dos recursos naturais. A apropriação utilitária, social e econômica da natureza leva a considerá-la como depositária de recursos naturais, sejam eles conhecidos ou reconhecidos, manejados de forma sustentável, conservados, recuperados, reabilitados ou restaurados, preservados ou sobreutilizados, desperdiçados, mal-utilizados, exauridos ou esgotados.

Previsões pessimistas estão sendo feitas pelos cientistas para as próximas décadas: escassez de água, aumento da temperatura média global, diminuição da camada de ozônio e desaparecimento de várias espécies animais e vegetais. Na área energética, há uma estimativa de declínio das reservas petrolíferas, o que pode demandar ajustes, provocar retração do consumo e inflexões radicais, ameaçando o sistema econômico, social e político vigente. A capacidade de encontrar substitutos para essa

fonte de energia, de reduzir desperdícios e promover a preservação desse recurso de ordem estratégica e crucial, está no desenvolvimento de pesquisas aliadas à sustentabilidade, que orientem a tecnologia do sistema produtivo industrial.

2 PRÁTICAS URBANAS SUSTENTÁVEIS

A economia urbana e a economia industrial em um contexto espacializado estão distribuídas de forma dispersa no território brasileiro. A difusão e adaptação de inovações tecnológicas acontecem no Brasil dentro da realidade metropolitana, com grande concentração setorial na região sul do país. As cidades estão implementando políticas locais sem que haja diretrizes em nível nacional e debates que estudem a viabilidade e a implementação de projetos de ordem social. As referências nacionais se perdem em documentos provindos de acordos internacionais.

As políticas urbano-ambientais tendem a apoiar os grandes lucros dos empresários imobiliários, transformando a legislação urbanística de zoneamento e loteamento. A desigualdade prevalece nas relações de força entre os agentes econômicos. A implantação de projetos urbanos que não agregam os componentes ambientais fortalece o quadro de problemas relacionados às enchentes, aos congestionamentos, às invasões de moradores nas áreas de mananciais e ausência de monitoramento do sistema de coleta e tratamento de esgoto.

Políticas urbanas valorantes do homem e do meio ambiente precisam estar inseridas na organização dos espaços urbanos. O Banco Mundial é hoje uma instituição relevante no cenário capitalista da nova ordem global, tanto na área de investimentos quanto na área institucional. UITRAMARI (2001, p. 70) coloca que o Banco acredita que o crescimento econômico está vinculado ao controle fiscal e monetário, com a simultânea eliminação de subsídios, e acrescenta que “surge agora a idéia de que esses não excluem uma política ambiental efetiva ou mesmo a busca de um desenvolvimento sustentável”.

As implicações desta posição do Banco Mundial estão nas prioridades das políticas e nos impactos das questões referentes à retórica e à ação. Administradores de cidades assumem também o papel de “gerentes de cidades” diz FERNANDES (2001, p. 40), e dependem cada vez mais de financiamentos “de órgãos como o Banco Mundial para realizar investimentos necessários ao desenvolvimento de cidades, à medida que a escala nacional vai se retirando do financiamento do desenvolvimento urbano”.

As estratégias competitivas estão voltadas para a atração de

investimentos que terminam por onerar os orçamentos públicos e colocam em dúvida os benefícios de ordem coletiva. Uma demanda proporcionalmente elevada por habitação, saúde, educação e saneamento fica não atendida com a concentração de riqueza intermediada pelo poder público. Fernandes exemplifica o caso brasileiro de cidades onde, no processo de concentração no curso dos anos 90, vão se identificando os parâmetros da “nova política urbana” na gestão de cidades como o Rio de Janeiro (VAINER, 2000, SERRA, 2000, OLIVEIRA, 1996), Curitiba (SÁNCHEZ, 1999) e de certa forma, até mesmo Santo André (DUARTE E OLIVEIRA, 2000), que juntas já se tornaram exemplos recorrentes na literatura e nos acervos de *best practices* disponibilizados pelos estrategistas de cidades, embora evidentemente não sejam os únicos (p. 41).

A inserção da questão ambiental na política das cidades permanece no campo de forças que rodeia os setores público e privado. Opõe-se à lógica concentradora do lucro as ações legais de ordem moralizadora. CAMPOS FILHO (2003 p. 196) comenta que é corriqueiro no discurso dos especuladores imobiliários a afirmação de que prédios de maiores alturas empregam mais pessoas. Seus interesses se voltam para as construções em áreas de maior prestígio, onde existe a infra-estrutura e a qualidade ambiental. Cândido Malta Campos Filho diz que “esse argumento da oferta de empregos é sempre brandido por especuladores que querem a possibilidade de ter uma valorização imobiliária, quando ela é impedida pelo zoneamento”. Na verdade, o que ocorre, diz Malta, é que as cidades vão se congestionando de prédios cada vez mais altos, de lojas localizadas em determinadas áreas, causando prejuízos coletivos como congestionamentos, poluição do ar, sonora, gastos adicionais provindos do aumento de consumo de combustíveis, mais sujeira nas ruas, e consequentemente mais lixo levado para os rios.

3 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Práticas urbanas e ambientais sempre estiveram presentes nos planos de urbanismo das cidades brasileiras. No início do século se falava em higienismo, e obras de sanitarismo redefiniram os espaços intra-urbanos. Estas formas herdadas do passado, juntamente com a valorização do território e o crescimento da população, dividiram as áreas das cidades em um tecido não homogêneo com densidades populacionais diferenciadas. Nas áreas onde existia uma grande concentração de pessoas ocorreu uma maior concentração de vias de tráfego. Este processo histórico permitiu a apropriação de um saber que se fundiu com o desenvolvimento

econômico, e hoje, os limites destes conceitos procuram caminhar para uma adaptação às discussões sobre sustentabilidade e ambiente.

As controvérsias sobre o que se chama o “uso social da natureza” são modeladas pelos distintos atores sociais e seus interesses. Perversos são os efeitos quando a natureza é tratada como um *capital natural* inesgotável. As variações no tempo e no espaço do modo de intervenção no ambiente interferem na morfologia e estrutura das cidades. Elas refletem a organização da produção, cujo objetivo principal é assegurar a circulação e a acumulação de capitais. STEINBERGER (2000, P.10) acredita na reconstrução de mitos sobre a sustentabilidade porém

Isso não quer dizer deixar de lado a expressão “desenvolvimento urbano sustentável”. Ao contrário, significa compreender que ela é composta por três elementos-chave: desenvolvimento como objetivo macro, finalístico e permanente; sustentável como objetivo meio, adjetivo de um estado temporário, e espaço urbano (conteúdo e continente do meio ambiente) como objeto de gestão.

Para Steinberger o meio ambiente está presente no espaço urbano e já existem argumentos que solidificam a identidade do termo “meio ambiente urbano”. No Brasil, o conceito de desenvolvimento sustentável ainda está pouco trabalhado, tanto em nível prático quanto teórico. Seria mais prudente considerá-lo ainda dentro do campo das noções, pois ele está sem os devidos aprofundamentos exigidos no amadurecimento das definições e conceitos. Nos enunciados teóricos, diz ela, ele está no estágio embrionário e precisa, para ser melhor compreendido, articular-se aos diversos conceitos desenvolvidos por outras áreas de conhecimento da ciência, tais como: crescimento, evolução, aglomeração, cooperação, competitividade, neo-liberalismo, Estado e outros.

MOURA COSTA (2000, P. 56) oferece outras indicações sobre esta discussão. Para ela o significado de desenvolvimento sustentável apresenta imprecisões uma vez que está ligado às duas áreas do conhecimento originariamente diversas que se uniram para elaborar teorias e propostas de desenvolvimento urbano e ambiental. Nestas diferenciações nas linguagens dá-se a entender que “como que num universo paralelo, o discurso ambiental invade e se mistura com o do planejamento e o da intervenção sobre o ambiente construído, como se sempre tivessem sido uma e mesma coisa, de certa forma alheios à oposição conceitual mencionada”.

A maioria dos conflitos gerados nas transformações da economia e nos processos de urbanização parece ser explicado pelo lado da economia e não da história. A autonomia e a autodeterminação das cidades

também, para certos autores, procuram definir a sustentabilidade. Esta postura identifica-se com a internacionalização dos capitais, a produção, a valorização do capital na esfera financeira, e a revolução técnico-científica. Dessa forma são as tendências econômicas, associadas às tendências espaciais de concentração e desconcentração de capitais que explicam o processo de urbanização.

Os discursos que se voltam para as pretensas soluções técnicas escondem e camuflam a formulação clara dos problemas, e conseqüentemente se afastam de objetos concretos de transformação e de desenvolvimento urbano, cultural e ambiental. Dificilmente são aceitas análises de caráter social e crítico, as quais podem potencializar as relações entre governos local, regional e nacional e o setor privado.

As reflexões teóricas da atualidade, decorrentes das práticas, precisam preparar novos caminhos para o desenvolvimento sustentável. O cuidado maior estaria no sentido de evitar a repetição histórica das desigualdades no território nacional, as quais foram conseqüência da concentração de espaços competitivos e não competitivos. A competitividade chegou ameaçando os agentes e as atividades não inseridos nos processos de acumulação de capital baseados na inovação tecnológica.

ARAÚJO (2000, p. 21) afirma que as políticas públicas estimulam novos padrões espaciais e faz-se necessário “uma ação pública ativa (sobretudo ofertando elementos de competitividade sistêmica, como educação e infra-estrutura de acessibilidade), para evitar a *fragmentação do país* ou a consolidação de uma realidade, na qual *ilhas de dinamismo* convivam com numerosas sub-regiões marcadas pela estagnação, pobreza, retrocesso e até isolamento”. O estudo dos contextos políticos e da forma como o Estado intervém nas questões da terra urbana, nas formas de captação de recursos, ambiente, valorização do capital privado, tecnologia, pesquisa colaboram para aferir e interpretar as tendências de sustentabilidade. Equilíbrio entre objetivos sociais, ambientais e produtivos gera espaços para as discussões sobre as desigualdades e podem viabilizar programas de desenvolvimento sustentável.

4 UM GRANDE SUSTO

Nos dias de angústia que se seguiram aos ataques terroristas ao *World Trade Center* e ao Pentágono, os líderes mundiais constataram que a comunidade global mudou de forma súbita e irrevogável. Gardner, no Estado do Mundo 2002 questiona:

aqueles que desejam impulsionar o mundo rapidamente para a sustentabilidade devem estar perplexos com o

Revista EDUCAÇÃO & TECNOLOGIA

Periódico Técnico Científico dos Programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFETs-PR/MG/RJ

poder “galvanizador” dos ataques. Ficamos a pensar: serão necessárias tragédias desta magnitude para direcionar o mundo a um novo modelo de desenvolvimento, construído segundo as recomendações da Rio-92? (2002, p.1).

O terrorismo é tão grave quanto a perda de florestas, as terras alagadas e recifes de coral, e a decadência social e ambiental nas cidades mais avançadas do mundo. As algas presentes nas águas da represa de Guarapiranga em São Paulo chegaram às torneiras das casas da elite paulistana que teve que conviver com odores e gostos desagradáveis. A represa estava, no final de 1990, próxima da degradação ambiental.

Passaram anos e as políticas não impediram o comprometimento do abastecimento de água, esgoto, moradia, educação. A hierarquização do espaço social das cidades, em termos urbanos é fruto das discrepâncias sociais e políticas geradas pela globalização e a reestruturação econômica. As diferenças de qualidade de vida e atendimento por serviços podem explicar melhor as questões de segregação social, diz TORRES & MARQUES (2001, p. 50), e existe hoje nas periferias das cidades “uma espécie de hiperperiferia espalhada entre as periferias crescentemente integradas em termos urbanos”.

O conceito de hiperperiferia abrange aquelas áreas da periferia com condições de exclusão urbana. Elas são áreas de risco ambiental, acidentadas, com cursos d’água, e facilmente inundáveis. Na dinâmica socioespacial prevaleceram territórios urbanos diferenciados, e são inúmeros os mecanismos que levam a tal situação, desde o mercado de terras que torna as áreas de risco ambiental (próximas a lixões, sujeitas a inundações e desmonoramentos, etc.) as únicas acessíveis a grupos de baixíssima renda, até as ações do poder público e de produtores privados do urbano, passando pelos padrões mais gerais de transformação dos mercados de trabalho (TORRES & MARQUES, 2001, p.66).

A Conferência realizada em Paris nos anos 60 projetava políticas para proteção do meio ambiente, marcando o despertar de uma consciência ecológica mundial, assim como a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em junho de 1972, veio colocar a questão ambiental nas agendas oficiais internacionais (ANDRADE et al., 2000).

STEINBERGER (2001) explica que nesta Conferência a delegação brasileira “defendeu a tese de que a proteção ao meio ambiente era um objetivo secundário para os países em via de desenvolvimento, pois entrava em conflito com o crescimento econômico”. Para corrigir esta imagem, foi criada em 1973 a Secretaria Especial de Meio Ambiente. MACHADO

(2000, p. 83) afirma que “a ótica sobre o meio ambiente, ainda dominante no pensamento da elite brasileira (política, econômica e cultural), é de que nosso “*capital natural*” é inesgotável”.

Para certos pensadores brasileiros, a Constituição de 1988 foi o primeiro documento que legalizou duas medidas que favoreceram a ordenação do meio ambiente urbano, ou seja, a função social da propriedade e a possibilidade de qualquer cidadão fiscalizar bens ambientais, históricos e culturais. O ambiente das cidades ganhou força com o Fórum Global das ONGs, realizado paralelamente à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), quando foi introduzida a questão ambiental como também uma temática dos estudos urbanos.

1.1 Busca de Alternativas Institucionais

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento contestou o modelo de desenvolvimento capitalista e propôs alternativas mais abrangentes. Convocou a família humana para uma nova experiência – o desenvolvimento sustentável. A Declaração do Rio de Janeiro visa “estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento”. A Agenda 21 dedica-se aos problemas da atualidade e almeja preparar o mundo para os desafios do próximo século. Ela reflete o consenso global e compromisso político objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental (ANDRADE et al., 2000). Dez anos após a reunião histórica no Rio de Janeiro, o mundo tem respondido a esse chamado – mas apenas de forma experimental e desigual. As medidas adotadas nos anos 90, voltadas para um mundo mais justo e ecologicamente resiliente, foram muito poucas, muito lentas ou muito mal aprofundadas (GARDNER, 2002).

O termo desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez em 1987, com o relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum”, e foi amplamente adotado no contexto da Eco-92. A idéia de sustentabilidade apresentou, inicialmente, um cunho notadamente econômico, a ponto de alguns pensarem ser possível prescindir dos fundamentos da ecologia nas práticas sustentáveis. A ecologia, do ponto de vista sociológico, pode ser definida como o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa, numa perspectiva dinâmica e evolucionária, manter o equilíbrio desse sistema através do equilíbrio de suas estruturas, redes e ciclos de causa e efeito (CASTELLS, 1997; CALLENBACH, 2001).

A exclusão de grupos sociais dos benefícios do crescimento econômico levou a realçar a dimensão social do conceito. A preocupação com os efeitos de médio e longo prazos da exploração da natureza conduziu à introdução da dimensão temporal, da durabilidade da dinâmica do desenvolvimento e dos direitos das futuras gerações (ANDRADE et al., 2000).

STEINBERGER (2001, p.12) acredita que a lei conhecida hoje como Estatuto da Cidade estabelece diretrizes de ação e instrumentos de gestão urbana que fortalecem a construção de um marco institucional para a área urbana. Todavia, o documento “Cidades Sustentáveis da Agenda 21 Brasileira” de 1999 oferece propostas mais concretas “para introduzir a dimensão ambiental nas políticas urbanas vigentes ou que venham a ser adotadas. Dentre as premissas que o nortearam, merece destaque a denominada *crescer sem destruir*”, uma vez que o desenvolvimento sustentável das cidades precisa enfrentar os padrões insustentáveis de produção e consumo degradantes dos recursos naturais e econômicos.

“O Tratado sobre a questão urbana: por cidades, vilas e povoados, justos, democráticos e sustentáveis” de 1994, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, introduziu uma postura diferenciada do Relatório do Brasil para a Eco 92, que apontou a pobreza e o mau uso da riqueza como causas da crise ambiental. Partindo da identificação destes problemas, CIMA, citado por STEINBERGER (2001, p. 12) chama a atenção para o modo como o meio urbano foi compreendido pois “por um lado a pobreza das cidades...que se confunde com a degradação ambiental. Por outro lado ... os problemas causados pela concentração das atividades econômicas ... nas localidades urbanas”. A contribuição daqueles representantes que assinaram o Tratado está na redefinição do urbano como “centro das atividades humanas e como ponto focal de processos políticos e econômicos”, tendo como meta a construção de um meio ambiente capaz de atender as necessidades das atuais e futuras gerações.

De acordo com HAWKEN et al. (1999), os fatores limitadores do desenvolvimento econômico futuro são a disponibilidade e a funcionalidade dos recursos naturais. Os sistemas de negócios e o crescimento populacional mal concebidos ou mal projetados, assim como os padrões dissipadores de consumo, são considerados causas primárias da perda dos recursos naturais. O processo de mudança do antigo paradigma para o novo – o da sustentabilidade – que está em andamento, envolve literalmente todas as áreas do pensamento e da ação humana (ANDRADE et al., 2000).

2 A VISÃO EMPRESARIAL

Durante a Conferência da Eco 92, representantes internacionais da política e das indústrias confirmaram a sua solidariedade e comprometimento com o Princípio do Desenvolvimento Sustentável e o Programa da Agenda 21 que constitui um plano de ação que tem por objetivo colocar em prática programas para limitar o processo de degradação ambiental e transformar em realidade estes princípios.

A preocupação com a preservação do meio ambiente no setor empresarial teve início em 1991 com a Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável a qual é considerada nos dias de hoje uma das prioridades de qualquer organização. Esse documento, preparado por uma comissão de representantes de empresas, foi desenvolvido no âmbito da Câmara de Comércio Internacional (1991), entidade esta instituída com o objetivo de ajudar organizações em todo o mundo melhorar os resultados das suas ações sobre o ambiente. A Carta Empresarial considera que as organizações precisam ter consciência de que deve existir um objetivo comum, entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, tanto para o momento presente como para as gerações futuras (CAMARGO, 2001).

Outro documento elaborado neste período foi o livro-relatório “Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente” elaborado por empresários e executivos de grandes empresas de 28 países que fundaram o *World Business Council for Sustainable Development*, o WBSCD (ALMEIDA, 2002). Seguindo a mesma trajetória o Brasil criou o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, que ocupa a posição estratégica de contribuir com as empresas na transição para a sustentabilidade.

O setor empresarial foi um dos atores que mais avançou nas discussões sobre desenvolvimento sustentável no período pós-92. Criou fóruns que enfatizaram a ecoeficiência, as tecnologias limpas, e estudaram as possibilidades de produzir mais com menor desperdício de energia e de recursos naturais. Entretanto, essas iniciativas tratam predominantemente do aspecto da produção sustentável. O gerenciamento ambiental sustentável implica no reconhecimento de que o crescimento econômico ilimitado em um planeta finito tende para um provável desastre. Dessa forma, faz-se uma restrição aos conceitos de crescimento, e aponta-se para a premência de introduzir a sustentabilidade ecológica como critério primordial para a realização de todas as atividades de negócio (ANDRADE et al., 2000).

Desde então, em nível mundial, a busca para o reconhecimento

e a adoção da ISO 14001 como norma internacional para Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) tem se intensificado. Segundo essa norma, a Gestão Ambiental está definida como o conjunto de decisões exercidas sob princípios de qualidade ambiental e ecológica pré-estabelecidos, com a finalidade de atingir e preservar um equilíbrio dinâmico entre objetivos, meios e atividades no âmbito da organização.

1.1 Visão gerencial das empresas pertencentes ao CEBDS

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, tem por objetivo a disseminação do desenvolvimento sustentável junto aos empresários brasileiros. Fernando Alves Almeida (2002) em seu último livro, trouxe algumas declarações de empresários de renomadas empresas brasileiras e internacionais, tais como:

Nós do Grupo Shell acreditamos que o desafio não é mais somente operar melhor, mas ajudar a mudar a forma como o mundo satisfaz as necessidades, oferecer novas opções, fornecer novas soluções. Isto exige engajamento, criatividade e coragem. Tornar o desenvolvimento sustentável uma prática diária é um grande desafio para todos nós (Aldo Castelli, Presidente da Shell Brasil).

São muito diversas as formas de uma empresa comprometer-se com a sustentabilidade, mas é uma só a necessidade: preservar a vida em sua plenitude, deixando como herança para as gerações futuras um mundo melhor que por nós recebido (Luiz Fernando Cirne Lima, Diretor superintendente da Copesul).

Estou convicto de que num contexto globalizado o sucesso de uma empresa não depende de seu faturamento e de seu lucro, mas também da interação correta com toda a sociedade (Axel Erich Schaefer, Diretor executivo da Bayer).

Não há futuro para as empresas que não se conscientizarem de que devem preservar o meio ambiente para as gerações futuras e de que não é possível ter lucro em uma sociedade miserável. Preservar o meio ambiente e desenvolver a sociedade é o único caminho para as empresas (Ronald Jean Degen, Presidente da Amanco do Brasil)

Nestas declarações os empresários demonstram estarem caminhando para uma compreensão de que não existe bons negócios em uma sociedade falida. No entanto, ainda constata-se muito desastres ecológicos provocados por estas empresas que poluem rios

mares e subsolos. Estes representantes da elite do meio empresarial continuam repetindo enunciados descolados das práticas efetivas. A grande maioria dos empresários, executivos e funcionários de empresas de pequeno, médio e grande porte opera de forma marginal ao processo de institucionalização da questão do meio ambiente. Aparatos jurídicos-legais colaboram na normatização e regulamentação das questões ambientais, e estes instrumentos estão adquirindo força para monitorar as ações empresarias.

Torna-se grande a necessidade de que as discussões se ampliem através de encontros, conferências, artigos e livros pois segundo FLORIANI (2003)

o debate teórico sobre um tema de interesse atual, como o do meio ambiente, é um campo atravessado por “conflitos de entendimento”, impondo escolhas conceituais e posicionamentos políticos, cujo resultado produz uma diferenciação intelectual entre uma posição e outra. Desse emaranhado de posições e de escolhas, emergem engajamentos teórico-políticos, constitutivos e constituintes de “campos” ou de configurações de disputas de sentido e de apropriações simbólicas do mundo”(p.45).

As questões de desenvolvimento econômico e proteção da natureza acompanham o novo ciclo de expansão do capitalismo internacional que, permeado pelos interesses dos grandes capitais produtivos e financeiros, se movimenta para renovar as bases produtivas e criar novas regras de acumulação. Regras estas fundadas no “não trabalho”. As disputas de força no território deparam-se com condições desiguais. Faz-se necessário consolidar princípios e valores de modo que as relações natureza, empresas e cidades sejam agentes capazes de harmonizar os conflitos presentes no “ambiente construído e ambiente natural”. Velhas civilizações deixaram heranças de conhecimentos identificáveis que coexistem na proximidade ou no distanciamento balizado pela complexa globalização. Uma associação axiológica dentro de um espaço de tempo multidimensional pode fazer a diferença.

2 CONCLUSÃO

As nações presenciam uma era tecnológica, em que a base industrial, intensiva em capital e em conhecimento, tornou-se dominante na vida das cidades. Nas últimas décadas, indicadores ascendentes como crescimento exponencial da população, duração média de vida, consumo de energia, demanda de alimentos, invenções e descobertas,

desenvolvimento de serviços de comunicação, pobreza, concentração de renda e altos preços da terra urbana apontam para desconexões entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Um planeta, idealizado com recursos infinitos e com ilimitada capacidade de suportar os subprodutos e rejeitos da transformação industrial dos recursos naturais, precisa de governos que proponham políticas setoriais de larga escala, fortalecendo normas e regulamentações que abranjam desde a educação ambiental até a criação de regras para as disputas de acesso à terra urbana.

A construção de mecanismos de gestão das cidades precisa estar atrelada à fiscalização e à aplicação de penalidades. Muitas ações governamentais não estão articuladas com as empresariais e vice-versa, trazendo prejuízos para a população. Os investimentos concentram-se em áreas lucrativas e a meta da sustentabilidade ambiental se perde dentro dos desequilíbrios historicamente construídos.

As diferentes formas de apropriação da natureza pelo homem envolvem as relações de poder. É preciso lembrar que o Estado representa as aspirações de um povo, não fragmentado em classe sociais. O povo, representado pelos membros da Assembléia Constituinte, elaborou a Constituição de 1988 e o Congresso Nacional eleito foi responsável pelo instituto jurídico denominado Estatuto da Cidade. Estes ordenamentos jurídicos fazem parte do que se nomeia “de direitos difusos e coletivos”, na medida que trabalham com o que afeta a vida dos cidadãos. Estes interagem não somente entre si como também com o poder instituído, o qual tutela o meio ambiente.

Como as leis possuem um caráter executor, e em sua maioria elas vêm desprovidas de um aparato político no que tange à sua aplicabilidade, isto é, a lei pela lei, a lei como instrumento normativo, e por ter características de estaticidade, às vezes, desconsideram mudanças na sociedade. Portanto, a visão política quer do poder instituído quer do poder privado, naturalmente procura adequá-las às novas realidades. A contextura autopoietica do meio ambiente tem potencial para induzir mudanças no arcabouço jurídico tutelar.

Resta ainda um outro processo de mudança, em nível axiológico, envolvendo os paradigmas da apropriação indiscriminada dos recursos naturais, frente ao novo que está sendo proposto – o da sustentabilidade – que pretende ser holístico, atingindo todas as áreas do pensamento e da ação humana (ALMEIDA et al., 2002). Há um vasto campo relacionado aos padrões de consumo insustentáveis, os quais pressionam a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais. As contribuições das ciências

humanas são fundamentais para se compreender os processos de atuação sobre a consciência e a percepção, bem como comportamentos, hábitos e atitudes que provocam impactos ambientais (RIBEIRO, 2003). As noções de sustentabilidade têm considerado as dimensões ecológica e ambiental, demográfica, cultural, social, política e institucional. Todavia, cruzando todas estas idéias, ainda faltam instrumentos para a sociedade interagir, no mundo tecnosférico, com as regras de acumulação de capital fundamentadas na democracia e no direito liberal.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ANDRADE, R. B; TACHIZAWA, T; CARVALHO, A. B. **Gestão Ambiental – Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável**; São Paulo: MAKRON Books, 2000.
- ARAÚJO, T. B. **Brasil nos anos 90: opções estratégicas e dinâmica regional**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, Norma Lacerda, março de 2000, p. 9-24.
- CALLENBACH, E. **Ecologia: um guia de bolso**; tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Peirópolis, 2001.
- CAMARGO, A. S. G.. **Sistema de Gestão Ambiental: Um Desafio para a Empresa de Geração de Energia no Século 21**. Foz do Iguaçu: IV DIÁLOGO INTERAMERICANO DE GERENCIAMENTO DE ÁGUAS, 2001.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento da sua cidade**. São Paulo, Editora 34, 2003.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**, 1997; tradução: Klaus B. Gerhard – (A era da Informação: economia, sociedade e cultura; v.2). 3ªed., São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FERNANDES, A. C. **Da reestruturação corporativa à competição entre as cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo**. São Paulo **Espaço e Debates**, n. 41, 2001, p. 26-45.
- FLORIANI, D. **Conhecimento, Meio Ambiente e Globalização**. Curitiba: 2003. (no prelo)
- GARDNER, G. **O Estado do mundo 2002**. Disponível em <<http://www.wiuma.org.br>> Acessado em 20 abr. 2003.
- HAWKEN P., LOVINS A., LOVINS, L. H. **Capitalismo Natural**. São Paulo: Cultrix, 1999.

- MACHADO, M. H. F. **Urbanização e sustentabilidade ambiental: questões de território.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, Norma Lacerda, n. 3 nov. de 2000, p. 81-95.
- MOURA COSTA, H. S. **Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, Norma Lacerda, março de 2000, p. 55-71.
- RIBEIRO, M. A. **Ecologizar - Pensando o Ambiente Humano.** Disponível em <<http://www.ecologizar.com.br>> Acessado em 24 abr. 2003.
- STEINBERGER, M. **A (re)construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do (no) espaço urbano.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, Norma Lacerda, n. 4, maio de 2001, p. 9-32.
- TORRES H. & MARQUES, E. **Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, Norma Lacerda, março de 2000, p. 55-71.
- ULTRAMARI, C.. **Origens de uma política urbano-ambiental.** Curitiba, Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.3, jan.-jun. 2001, p. 65-78.